

ORGANIZAÇÕES & DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

ORGANIZATIONS & DEVELOPMENT: EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS

Fernando Batista Bandeira Fontoura¹
Milton Luiz Wittmann¹

Recebido em: 08/04/2016
Aceito em: 30/06/2016

fontoura.custos@ibest.com.br

Resumo: O presente ensaio teórico consiste em um estudo epistêmico relativo à natureza e limites das relações estabelecidas entre sujeito e sociedade, partindo de uma contextualização histórica considerando os macropérios pré-industrial e industrial e ampliando para contextos pós-industriais. Enfatiza-se os aspectos conceituais e teóricos destes macropérios com destaque para o ano de 1970 como símbolo da crise do sistema taylorista/fordista contextualizado pela indústria automobilística, que migrou de processos de industrialização unidimensionais para processos multidimensionais e customizados além do advento da globalização e da desterritorialização dentro de uma visão de multimercados. Conclusivamente, os modelos de desenvolvimento ainda se caracterizam por períodos, cujos conceitos sociais se vinculam a formas de percepção da realidade pelo homem e seus respectivos processos de acumulação fazendo jus a esta reflexão epistêmica sobre organizações e desenvolvimento e seus impactos sociais, bem como a tese de crise na mentalidade ainda homogeneizadora em termos econômicos e organizacionais em função das incertezas do ambiente macro e micro econômico que historicamente impactou a sociedade e nas organizações.

Palavras-chave: Desenvolvimento organizacional. Matrizes epistêmicas. Desenvolvimento.

Abstract: This theoretical test consists of an epistemic study on the nature and limits of relations between subject and society, from a historical context considering the pre-industrial and industrial macropérios and expanding post-industrial contexts. It emphasizes the conceptual and theoretical aspects of these macropérios highlighting the year 1970 as a symbol of the Taylor system crisis / Fordist contextualized by the automotive industry, which migrated from one-dimensional industrialization processes for multidimensional processes and customized beyond the advent of globalization and dispossession within a multimarket vision. Conclusively, the development models are still characterized by periods whose social concepts are linked to forms of perception of reality by man and their accumulation processes are entitled to this epistemic reflection on organizations and development and its social impacts, as well as the thesis crisis in still homogenizing mentality in economic and organizational terms in terms of environmental uncertainties macro and micro economic historically impacted the society and organizations.

Keywords: Organizational Development. Epistemic matrices. Development.

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico consiste em analisar organizações e desenvolvimento com a identificação de macropérios históricos com fundamentos em teorias epistêmicas com o intuito de entender a genealogia dos processos organizacionais e da competição empresarial analisando o desenvolvimento e respectivos contextos organizacionais. Neste porvir faz-se uma análise histórica das alterações sociais e organizacionais e dos impactos de acumulação capitalista e da crise do Taylorismo/fordismo que proporcionou o advento da era pós-industrial, a qual apresenta problemáticas sociais e organizacionais complexas e multidimensionais dificultando a manutenção do pensamento homogeneizador e cartesiano em função das múltiplas dinâmicas dos espaços. Conceber a sociedade e as organizações, nesta era, como 'máquinas', dentro da visão burocrática mecanicista já não atende às demandas dos variados espaços sociais e organizacionais complexos.

Harvey (1992) destaca a data de 1970 como um marco que demonstra o declínio do modelo taylorista/fordista como modelo econômico e como forma de organização da produção. Este declínio evidencia-se em função das próprias alterações da sociedade que não pode mais ser analisada nem baseada epistemicamente no funcionamento como uma máquina numa visão unidimensional.

Este ensaio, nesta senda, descreve historicamente o desenvolvimento alinhado à visão do desenvolvimento a partir da visão hegemônica do taylorismo/fordismo dos estudos organizacionais até a contribuição da matriz sistêmica como visão multidimensional envolvendo o econômico, o social e o ambiental com viés para uma gestão organizacional territorializada, que se contrapõe aos modelos deterministas e unidimensionais alinhados à matriz positivista. Neste prisma, as análises organizacionais ainda são baseadas na dimensão econômica, enquanto que processos sistêmicos e complexos são historicamente negligenciados (MORIN, 2011).

Em termos econômicos percebe-se a visão unidimensional em processos de industrialização e de organizações. A simples industrialização e modelos organizacionais baseados em indicadores financeiros e em ganhos de escala, ainda significam desenvolvimento dentro da visão tecnicista.

Por fim, analisam-se possíveis contextos pós-industriais de múltiplas possibilidades se contrapondo a homogeneização da acumulação rígida de capital. Analisa-se a visão do desenvolvimento organizacional e da sociedade com reflexões epistêmicas que influenciaram o desenvolvimento das organizações e o processo de competição que permeiam as dinâmicas organizacionais e sociais.

A organização do artigo baseou-se em uma reflexão sobre as organizações, sociedade desenvolvimento regional e organizacional para uma reflexão sobre a territorialização das organizações, os macropérios do desenvolvimento organizacional, contextualização histórica e, para provocar, reflexões sobre a possibilidade de uma sociedade pós-industrial ou neo-taylorista/fordista.

Essa discussão fundamenta-se na crise dos modelos rígidos alicerçados na matriz positivista defendida na literatura nacional e internacional. Apresenta-se como uma guisa de conclusão, como um modo não positivista-homogeneizador de ver o mundo sem o objetivo de fechar o assunto ou generalizar, entretanto provocar discussões e novas agendas de pesquisas com base em uma visão

multidimensional das questões sociais e organizacionais, bem como seus impactos para o desenvolvimento de uma região, com embasamento em uma visão crítica destes espaços. (MARCUSE, 1973; RAMOS, 1989; RAMOS 1996; AZEVEDO E ALBEMAZ, 2015).

2 ORGANIZAÇÕES, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

A sociedade e as organizações passam por transformações multidimensionais e polimórficas, necessitando de um refinamento teórico metodológico para um entendimento genealógico de processos e realidades sociais, culturais, econômicas, ambientais, políticas e organizacionais.

A noção de riqueza defendida pela economia clássica (MALTHUS, 1982; RICARDO, 1982; SMITH, 1996) passou da visão baseada na propriedade e na agricultura para uma visão tecnoindustrial. Contudo, estamos migrando para um cenário pós-industrial que ainda não se desenvolveu na sua plenitude, entretanto os sinais de crise no sistema atual de acumulação rígida ficam cada vez mais evidentes (HARVEY, 1992; TENÓRIO, 2007; TOFFLER, 1995; BELL, 1977; YUNUS, 2008; MORIN, 2011). Menciona-se, inclusive, que o conceito de desenvolvimento sistêmico foi historicamente negligenciado e que os estudos organizacionais alinhados a uma visão de desenvolvimento unidimensional também seguiram este caminho visto que os primeiros estudos são datados na década de 1970. (BENKO, 1999; SANTOS, 1982).

Os estudos organizacionais e das escolas clássica e neoclássica de economia prendiam-se a análises unidimensionais, destacando aspectos racionais de cálculos de localização e de custos operacionais influenciados por matrizes positivistas ancoradas pela teoria weberiana. Benko (1999) reforça que os estudos de localização dos empreendimentos, nesta época, avaliavam os melhores custos de transporte, influenciados pela teoria da localização Weberiana.

Análises organizacionais previam custos de logística, de transformação, de mão de obra e da concorrência com base em variáveis econômicas fundamentadas em visões unidimensionais e fragmentadas alinhadas a rígidos controles de acumulação. Neste prisma, a visão baseava-se no tripé da: burocracia, eficiência e eficácia que, epistemologicamente, baseavam-se na fragmentação pela busca de economias de escala e em alguns casos economias de escopo.

Este caminho epistemológico foi fortemente relacionado pela matriz positivista, com pressupostos claros de homogeneização. A mesma alinhava-se à teoria da burocracia com visão de mundo baseada na acumulação rígida do capital e na visão organizacional aos moldes do funcionamento de uma máquina, também com viés para o crescimento e não para o desenvolvimento na sua forma sistêmica. (MORGAN, 1996; TOFFLER, 1995).

Hoje, uma nova ciência das organizações aponta para outros caminhos vinculados a múltiplas possibilidades além da customização amplamente defendida pelo modelo de acumulação capitalista entendido como modelo econômico e de organização da produção. (RAMOS, 1989; TENÓRIO, 2007; TOFFLER, 1995).

Na década de 1970, ainda de forma incipiente, estudos envolvendo variáveis intangíveis, a exemplo da psicologia e do comportamento relativos a impactos sociais passaram a ser objeto de avaliação competitiva das empresas. Nesta senda o tripé: econômico, social e ambiental passaram a ser objeto de análises correlacionadas, partindo das mudanças sociais baseadas no desenvolvimento social e humano e não somente nas racionalidades econômicas, que hegemonicamente ainda norteiam os estudos e práticas organizacionais e das visões de mundo com viés positivista. O que se defende é de que a visão positivista não deva ser a única e hegemônica variável, pois questões socioambientais devem ser inseridas em contrapondo às visões unidimensionais baseadas apenas em parâmetros econômicos e quantitativos.

A acumulação rígida trouxe uma visão baseada na customização e na burocracia, no consumo massificado, que se contrapôs à visão social e ambiental, tendo reflexos na organização da produção e na sociedade através da alienação psíquica da sociedade. (RAMOS, 1989; TENÓRIO, 2007)

A forma de organização burocrática, historicamente, teve dificuldades de inovação e adaptação a novos ambientes sociais e concorrenciais. Justificam-se, hoje, agendas de pesquisa tanto na ciência do desenvolvimento regional como no que tange ao desenvolvimento das organizações, em busca de refinamento teórico metodológico interativo entre o tripé econômico, social e ambiental. (MORGAN, 1996; TOFFLER 1995, RAMOS, 1989; MORIN, 2011).

Para se pensar em uma nova ciência das organizações Ramos (1989), propõe a inserção das variáveis sociais e ambientais além da econômica, além de destacar um maior refinamento teórico metodológico para as discussões sobre organizações e desenvolvimento. A visão epistêmica converge para esta nova temática ao entender a genealogia dos processos inter-relacionados com o desenvolvimento organizacional e regional.

Para um maior refinamento teórico-metodológico, não se pode desconsiderar o contexto histórico dos processos e das lutas de classes (MARX, 1974) e as mudanças sociais que afetam a psique humana (RAMOS, 1989). Surgem nestes contextos questionamentos, como: até que ponto a visão hegemônica de acumulação rígida dos estudos parciais e generalizadores e a alienação pela repetição afetam a visão de mundo? Como as epistemologias e as teorias econômicas e organizacionais influenciam as formas de percepção do desenvolvimento e da competição?

As organizações tiveram, por muitos anos, um desenvolvimento baseado nos pressupostos do modelo cartesiano e constituíram como agentes significativos para o desenvolvimento regional. Entender o desenvolvimento organizacional, neste sentido, torna-se um fator relevante para essa análise que busca se aprofundar sobre uma visão sistêmica do desenvolvimento e das organizações.

Novas formas de atuação e de entendimento das organizações sobre o desenvolvimento regional e mercados competitivos não alinhadas a míope visão do crescimento econômico e organizacional enviesado pela unidimensionalidade econômica e a homogeneização positivista, nas suas variadas formas, urge serem estudadas.

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORGANIZACIONAL

O desenvolvimento regional e organizacional passou por processos de evolução alinhados à formas perceptivas da sociedade. Como marco histórico destaca-se que as primeiras organizações eram baseadas na agricultura rudimentar e no modelo artesanal de produção.

Após o macroperíodos artesanal e agrícola, surgiram as organizações manufatureiras que implementaram linhas de produção visando o aumento da produtividade pela produção em série baseadas no tripé: rotinização, eficiência e eficácia, cujos processos estavam orientados por padronizações, mercados e produtos, embora, segundo Harvey, havia contextos ainda em fase de transição:

a tecnologia de linha de montagem para produção seriada, implantada em muitos pontos nos Estados Unidos, tinha um desenvolvimento muito fraco na Europa antes da metade dos anos 30. A indústria de automóvel europeia, com exceção da fábrica da Fiat em Turim, permanecia em sua maior parte uma indústria artesanal de alta habilidade, (embora organizada corporativamente), produzindo carros de luxo para consumidores de elite, sendo apenas ligeiramente influenciada pelos procedimentos de linha de montagem na produção em massa de modelos mais baratos antes da segunda guerra mundial. (1992, p.124)²

A Administração Científica, baseada nos princípios tecnicistas de produção, inserida nas facetas da atividade corporativa sob o 'guarda chuva' da matriz positivista voltada à divisão e especialização do trabalho, tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática (HARVEY, 1992 e SHUMPETER, 1982). Esta teoria deu sequência ao modelo cartesiano dos séculos XVII e XVIII fundamentado pela racionalidade e divisão das partes, que também foi ápice do modelo de organização da sociedade na formação de pessoas especializadas em busca de um determinismo factual.

A administração científica desenvolvida por Taylor seguiu princípios da organização militar de Frederico o Grande e do modelo cartesiano, mais tarde conhecidos como princípios básicos da administração clássica. Segundo Morgan:

modelos significativos do seu enfoque da administração científica são encontrados em numerosas fábricas, organizações de varejo e escritórios. Considerando, por exemplo, as cadeias de refeições rápidas que servem hambúrgueres, pizzas e outros produtos altamente padronizados (...) tudo aquilo que deve ser 'pensado é feito por gerentes ou planejadores, deixando tudo aquilo que tem que ser "feito" para os empregados (1996 p. 33).

Neste contexto se desenvolveu boa parte da teoria organizacional e do planejamento empresarial fortemente alicerçada na matriz positivista, nos estudos fragmentados baseados em modelos matemáticos e na utilização de modelos de avaliação financeira com avaliação unidimensional.

Enquanto Taylor é visto como o vilão que impôs regras à força de trabalho criando a administração científica, é importante ter em mente que ele fez parte de uma tendência social mais ampla que envolveu a mecanização da vida (MORGAN, 1996) amparado pela matriz positivista.

² O texto tem ligação com a escola do posicionamento, defendida por Porter (1986), que prevê como estratégias macro a liderança em custos alinhada aos ganhos de escala, a diferenciação alinhada a especificações diferenciadas de produtos e em alguns casos a economias de escopo e a estratégias de enfoque trabalhando nichos específicos de mercado.

Atualmente, ainda há formas de taylorismo sobre modelos sociais, sendo esta a essência da análise de se pensar o taylorismo e o próprio fordismo como formas de organização da produção, como modelo econômico e como estilo de sociedade (MORGAN, 1996; RAMOS, 1989; TENÓRIO, 2007, BARCA, MCCANN E RODRIGUEZ, 2012).

Neste devir, o taylorismo influenciou a administração das organizações em padrões rígidos nas relações de trabalho e na divisão do trabalho de forma mecanicista, com baixa humanização nas relações. Inclusive, ao se analisar a vida de Taylor e sua conduta social, esta caracterizou-se por manias de controles inclusive na sua vida pessoal inserida no contexto em que se desenvolveu a Administração Científica (MORGAN, 1996).

Os enfoques mecanicistas organizacionais funcionam de forma eficiente sob condições em que: (a) há tarefas contínuas a serem desempenhadas; (b) o ambiente é estável; (c) se produzir sempre o mesmo produto; (d) a precisão é a meta; e (e) quando as partes humanas da 'máquina' são submissas e comportam-se com o que foi planejado. (MORGAN, 1996).

Os argumentos são esclarecedores no sentido de se pensar novas agendas de pesquisa e demonstrar a incapacidade dos paradigmas positivistas alicerçados no determinismo, cartesianismo e na abstração de entender as novas dinâmicas organizacionais e sociais aos moldes do funcionamento de uma máquina. Se estabelece, nesta senda, uma dialética no meio organizacional visto que a visão unidimensional (econômica), inclusive limita a percepção de negócios na atualidade, impedindo inclusive o alcance dos resultados com base no desenvolvimento socioambiental.

As organizações, como modelo adaptativo complexo (AGOSTINHO,2003), precisam ser criativas em função das alterações na sociedade e dos mercados. Contradições se estabelecem nas relações de trabalho historicamente alienadas pelo taylorismo/fordismo, como: inovação, iniciativa, novas ideias e visão sistêmica. Estas passam a evitar a existência do trabalhador coisificado pela repetição da divisão do trabalho sem conhecimento do todo nem a finalidade e a funcionalidade dos processos.

“A expulsão do pensamento da lógica ratifica na sala de aula a coisificação do homem na fábrica e no escritório” (ADORNO E HORKHEIMER 1985, p. 42). A coisificação no escritório e na fábrica discutida na teoria crítica enfatiza a alienação pela repetição, falta de visão sistêmica e fragmentação (MORIN 2011) que historicamente se desenvolveu em todos os setores da sociedade e que teve efeitos colaterais ainda desconhecidos figurando possibilidades de agenda de pesquisa.

É verdade que a forma histórica se tornou um estorvo, assim é melhor classificar logo o material histórico sob o ponto de vista de um problema administrativo: por exemplo, a manipulação dos preços das mercadorias ou dos estados de espírito das massas (...). A filosofia oficial serve à ciência que funciona desta maneira. Ela serve como uma espécie de taylorismo do espírito ajuda a aperfeiçoar os métodos de produção, a racionalizar a estocagem dos conhecimentos, a impedir o desperdício de energia intelectual. (ADORNO E HORKHEIMER,1985, p. 226).

Processos de coisificação convergem à submissão das pessoas a processos tayloristas e fordistas configurando modos de organização e um modelo econômico baseado no tripé: rotinização de processos, eficiência e eficácia com base em um paradigma determinista-homogeneizador com forte influência na psicologia social.

No desenvolvimento organizacional, alguns movimentos, mesmo que ainda embrionários, ocorreram. Houve o surgimento da escola das relações humanas, a escola do posicionamento defendida por Porter (1999), a gestão da qualidade com delegação de responsabilidade para as áreas de trabalho, na tentativa de minimizar os efeitos da divisão exagerada do trabalho ou para manter as políticas alienadoras com outra roupagem³. Igualmente, houve movimentos reflexivos, no que tange ao desenvolvimento organizacional com o surgimento da teoria contingencial a escola das relações humanas, bem como a contribuição da teoria crítica para a reflexão do desenvolvimento organizacional mais alinhado à visão do desenvolvimento regional multidimensional, mesmo sendo ainda um assunto pouco pesquisado.

Kaplan e Norton (1997) na importante obra “estratégia em ação”, originalmente na obra “*The relevance lost*”, (1991), já indicavam a necessidade das organizações não pensarem em estratégias e ações com viés unicamente econômico. Estes propõem um modelo de gestão conhecido mundialmente como BSC- “*Balanced Score Card*”, propondo no mínimo quatro perspectivas de análise das ações empresariais (financeira, vinculada aos clientes, processos internos, aprendizagem e crescimento), rompendo paradigmas unicamente financeiristas dos ambientes organizacionais e, por analogia, uma visão de desenvolvimento e não unicamente de crescimento empresarial.

Se estabelece aqui uma nova dialética que as organizações não devem pensar apenas como no passado de forma positivista através da aposta obsecada pela escala de produção e acúmulo de poder econômico. As organizações devem alijar-se dos pensamentos que tomam apenas como base o crescimento, inclusive pensando na própria sustentabilidade no mercado concorrencial pós-industrial ou da economia do conhecimento que apresenta outras perspectivas de desenvolvimento.

Talvez se estabeleça aqui, um movimento contraditório duplo. De um lado a necessidade de novas formações organizacionais pós-industriais e teorias organizacionais baseadas em perspectivas sistêmicas e sociais e de outro as organizações voltadas para ambientes financeiristas, sem contemplar novas dinâmicas organizacionais necessárias para à sustentabilidade dos negócios. Nesta perspectiva as formações organizacionais devem estar alinhadas à visão do desenvolvimento regional, ou seja, dos territórios em que estas organizações estão inseridas.

Azevedo e Albemaz (2015) complementam esta visão mencionando a obra de Guerreiro Ramos (1989) para as ciências sociais e sociais aplicadas, com viés crítico das teorias exógenas, bem como a dificuldade de desenvolvimento de constructos regionais e entendimento amplo das teorias nacionais alinhadas ao desenvolvimento do país, ou seja uma exogenia homogeneizadora em termos teóricos e sociais.

4 MACROPERÍODOS DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Historicamente, o desenvolvimento organizacional e os modelos de acumulação são caracterizados em três macroperíodos: Pré-industrial, Industrial taylorista/fordista e Pós-industrial ou Neo-taylorista/Neo-fordista (Quadro 01). O primeiro macroperíodo caracterizou-se pelo predomínio

³ Pode-se estabelecer uma dialética: se pensar que as políticas clássicas de trabalho em grupo defendidas pela qualidade total, por exemplo, são contra movimento ao taylorismo fordismo, ou pensar que pequenos níveis de delegação apenas servem para minimizar o descontentamento do trabalhador alienado para servir como mecanismo de controle e dominação para melhor realização das atividades já planejadas. (TENÓRIO, 2004).

agrícola que migrou para processos de industrialização e estes, com as evidências da crise do modelo capitalista de acumulação taylorista fordista, está migrando para ambientes pós-industriais. Toffler (1995) os identifica em três grandes ondas denominadas como revoluções: a primeira como revolução agrícola de 10.000 anos atrás, a segunda como a revolução industrial e a terceira como nova civilização pós-industrial ou pós-chaminé.

Harvey (1992) defende esta tese questionando o desenvolvimento da sociedade pós-industrial não apenas pela aparência em função da hegemonia da acumulação rígida e seus impactos no denominado taylorismo do espírito. Analisa se o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial está ocorrendo de fato ou ainda está no campo da aparência e falácias.

Ressalta-se que, quando se fala em possibilidades pós-industriais, não se está pregando o fim da indústria, mas sim a abertura para possibilidades baseadas em múltiplas interações e diversidades complexas, bem como a crise do taylorismo- fordismo já defendida por autores a sociologia e da antropologia como Harvey.

Há críticas a estas definições que tiveram na literatura uma genealogia nos estudos de Bell (1973) e Toffler (1995). Estas críticas se fundamentam pelo fato de o processo de crise no sistema de acumulação rígida ainda não ter-se completado e a sociedade pós-industrial estar apenas em estágio embrionário, inclusive no que tange a questões como a desindustrialização e a mentalidade socioambiental.

No quadro teórico 01 faz-se um resumo descritivo dos três macropérios: Pré-industrial, Industrial (Taylorista/Fordista) e o Pós-industrial (Neo-taylorismo/fordismo. Harvey (1992), contudo, salienta que uma sociedade pós-industrial ou até pós-capitalista ainda está no campo da aparência e não de fato do paradigma unidimensional industrial ainda vigorar quando se analisa a dimensão socioambiental.

QUADRO 01

Macropérios do desenvolvimento organizacional

MACROPERÍODOS	CARACTERÍSTICAS	PRORIEDADE E TERRITÓRIO
➤ Pré-industrial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Produção artesanal ➤ Agricultura rudimentar ➤ Terra como poder social e econômico 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vinculada ao artífice ➤ Produção e mercado territorializado ➤ Território pertencente a Famílias e clãs
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Industrial ➤ Taylorista/fordista 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Produção planejada e rotinizada ➤ Produção em massa ➤ Capital como poder social 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Proprietário do capital ➤ Territórios e mercados transnacionais
➤ Pós- industrial ou Neo-taylorista/Neo-fordista	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Processos de produção pós-industrial ou Neo-taylorista ➤ Autopoiese ➤ Inovação, mudança e conhecimento como poder social 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vincula-se ao investidor ➤ Território globalizado ➤ Territórios, processos e mercados multidimensionais e multiescalares

Fonte: Adaptado de Harvey (1992); Toffler (1995); Etges e Degrandi (2013); Barquero (2001); e Bell (1977, 1973); Tenório (2004).

Percebe-se que, à luz das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn (2005) quando o mesmo retrata os paradigmas como a forma de vermos o mundo, pode ser objeto de comparação com os macroperíodos do desenvolvimento das organizações (Quadro 01). Estes macroperíodos se moldaram na forma da sociedade perceber as organizações e como estas se organizam frente aos pressupostos institucionalizados. O cartesianismo do século XVII e XVIII e o positivismo dos séculos XIX e XX, foram teorias imanentes que deram suporte ao modelo de organizações voltadas à rotinização de processos e divisão do trabalho, cujos processos de produção tiveram como principal efeito colateral caracterizado por Morin (2011) como um pensamento unidimensional e mutilador do homem como ser social.

4.1 Macro-Período Pré-Industrial

Na fase pré-industrial o artífice era proprietário dos meios e produção e os processos eram rudimentares e a propriedade da terra tinha uma função social de poder. As sociedades pré-industriais eram baseadas em uma agricultura familiar que produzia seus próprios alimentos, roupas e moradias e, com a industrialização, este cenário migrou para um sistema dependente do capital e do consumo em massa. (TOFFLER, 1995).

Neste macroperíodo pré-industrial o modo de produção era basicamente agrícola e artesanal, no qual o artesão ou a família detinha o conhecimento do todo o processo. Para Silveira (2007) a produção era cooperada, onde os clãs tinham formação familiar com características de cooperação e as organizações eram territorializadas em função do modelo e modo de organização, como também do modelo econômico.

Para (TOFFLER, 1995), as sociedades pré-industriais eram baseadas em uma agricultura que produzia boa parte dos bens de consumo, contribuindo para uma formação territorializada e menos dependente da acumulação rígida de capital.

Com estes apontamentos históricos não se quer definir etapas, mas sim delinear contextos macro-históricos que influenciaram a sociedade, o desenvolvimento e as organizações, passando de uma era pré-industrial e agrícola, para a industrialização em massa e esta para uma civilização pós-industrial ou neo-taylorista/fordista, itens a serem abordados a seguir.

4.2 Macroperíodo Industrial Taylorista/Fordista

Após o macroperíodo artesanal, surgiram as organizações manufatureiras que implementaram linhas de produção visando o aumento da produtividade pela produção em série baseadas no tripé: planejamento - burocracia - controle, nas quais os processos foram orientados para determinadas especificidades de diferentes contextos, mercados e produtos.

Considerando os macroparadigmas da organização da produção, o macroperíodo industrial foi um fenômeno que começou a formar-se por volta de 1900. Após a grande crise de 1930 o mundo, com base na Revolução Industrial, passou a desenvolver-se fortemente em uma sociedade voltada

para a acumulação rígida do capital com a homogeneização dos processos e do pensamento das pessoas com viés unidimensional e uniescalar.

As diferentes facetas das atividades sociais, como médico, dentista, advogado, administrador, contador, além das divisões do ambiente organizacional no local de trabalho, incluindo as áreas básicas da Administração: Marketing, Produção, Materiais, Finanças, Recursos Humanos e Desenvolvimento de Produtos, basearam suas estratégias em feudos com objetivos de alcançar a racionalidade corporativa burocrática (HARVEY, 1992).

MARX, em sua obra 'O capital: crítica da economia política', faz a seguinte afirmação relativo ao impulso da manufatura e da divisão territorial do trabalho:

a divisão territorial do trabalho ganha impulso com a manufatura a qual explora todas as suas particularidades e que a origem da manufatura e sua formação, a partir do artesanato, precisava de várias profissões diferentes para produzir uma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de profissionais do mesmo tipo e divide o trabalho deles em várias operações particulares que serão desempenhadas por trabalhadores específicos. Mas qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma, um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos. Não importa se a execução da manufatura é composta ou simples, continua dependendo da habilidade manual dos trabalhadores. (1985, p.278)

Este modelo de produção, vinculado à teoria da Administração Científica, proporcionou, além da subordinação do homem aos ditames do capital, a emergência de novos mercados a partir da produção em série que referendou empresas de manufatura baseadas no modelo de produção e consumo em massa. HARVEY (1992), menciona o ano de 1914 como data inicial simbólica, quando Henry Ford introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores na linha automática de montagem, enquanto Tenório (2007) destaca o fordismo entre 1900 e 1985 como forma de organização hegemônica da produção.

Com o domínio Taylorista/fordista⁴, baseados nos pressupostos da Administração Científica, os estudos organizacionais e do desenvolvimento organizacional se afastaram dos aspectos territoriais do desenvolvimento, baseando-se, estes, no processo de acumulação e consumo em massa. Segundo Tenório:

a ação racional com relação a fins tem merecido, principalmente a partir do Taylorismo/Fordismo, uma busca constante de paradigmas que justifiquem o agir instrumental dentro dos sistemas sociais formalmente organizados. Essa procura, no entanto, não tem permitido que os agentes do processo, administradores e administrados, desenvolvam suas funções de forma emancipadora. (TENÓRIO, 2004, p.31).

Nos anos 1980 ganha força a denominada escola do posicionamento estratégico (PORTER, 1999) amplamente discutida no meio acadêmico e disseminada nas organizações com foco na estratégia e competitividade. Nesta escola, a competitividade das organizações é baseada no posicionamento destas em relação ao ambiente concorrencial com uma leitura econômica, concorrencial e mercadológica.

⁴ Harvey (1992) é esclarecedor ao apresentar o modelo Taylorista, "estudos de tempos e movimentos", aliado ao modelo de produção fordista, que pode ser entendido também como um modelo econômico, um estilo de vida baseado na acumulação de lucros, customização em massa e consumo. Mais tarde após os primeiros sinais de crise este modelo também aliou-se ao keynesianismo.

Tenório (2004, p.61) explica que o fordismo pode ser estudado como um modelo de organização da produção ou como sistema de acumulação de capital.

A escola do posicionamento parte da premissa que, se uma empresa não se focar em um posicionamento e deliberar sua gestão e planejamento em função destas premissas, poderá ter fragilidades quanto ao seu desenvolvimento. Para Porter (1999) a estratégia é um assunto amplo, entendida como uma análise da concorrência e um posicionamento, ou seja, como um plano, um padrão de comportamento na perspectiva de mercado (MINTZBERG, AHLSTRAND e LAMPEL, 2000) ou alinhada a competitividade duradoura (FERRAZ e HAGENAUER, 1997).

Nesta escola, Porter (1999), além das cinco forças, defende a existência de três estratégias competitivas:

- a) Liderança em custos
- b) Posicionamento pela qualidade, diferenciação
- c) Enfoque

As três perspectivas definem basicamente que uma empresa tem que se posicionar no mercado concorrencial, sendo a liderança em custos, diferenciação ou enfoque um diferencial estratégico competitivo de mercado. Pode-se ler que a estratégia de liderança em custos estaria alinhada ao modelo de acumulação taylorista/fordista, pois aposta na produção massificada e na redução dos custos totais visando a competição de mercado.

A estratégia de diferenciação baseia-se na customização influenciando em diferenciais e aumentos nos preços. No posicionamento de enfoque a empresa investiria em 'nichos' de mercado, quando produtos podem estar associados a ambientes flexíveis de produção com a inclusão da diferenciação para diferentes mercados em contraponto à produção em série (TENÓRIO, 2005). A empresa, que usa uma estratégia de 'nicho', pode estudar sua contribuição para uma especificidade regional. Segundo Harvey (1992) e Tenório (2005) a empresa que busca diferenciação pode estar em um processo de flexibilização com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, disseminação de tecnologia e não apenas no capital fixo.

Ferraz, Kupfer e Hagenauer (1997, p.1), relativo à competitividade e estratégia, estes as relacionam com a eficiência técnica a características de desempenho da empresa, tendo como indicador a participação no mercado - *market-share* - definindo a competitividade associada ao espaço e tempo à medida em que a mesma passa a ser considerada como "a capacidade da formular e implementar estratégias concorrenciais, que permitam à empresa ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado."⁵

Atualmente observa-se que a estratégia organizacional deve ser vista num sentido ampliado. Esta não deve mais estar focada somente na participação de mercado e na estratégia de flexibilização e customização e, em especial, no modelo de produção em massa defendida pelo taylorismo/fordismo. Hoje a estratégia alicerça-se em fatores contextuais inter-relacionados e dinâmicos caracterizados pela:

⁵ A competitividade empresarial já não está somente atrelada a questões de mercado, participação de mercado. Mas na visão de longo prazo a empresa tem que pensar em todas as possibilidades de desenvolvimento e na região em que está inserida. Essa visão está alinhada também a escola do posicionamento defendida por PORTER, 1986. O termo sustentável, foi utilizado de forma dialética, não se trata de sustentabilidade ambiental, mas representa uma série de questões, inclusive ambientais dentro de uma visão social e territorial.

intensiva troca que ocorre na interação empresa-ambiente fazendo com que o conhecimento gerado, seja considerado um insumo que abastece a elaboração das estratégias organizacionais. O mesmo também serve como referência para que o meio também se atualize e se modifique promovendo mudanças para que o fluxo de vida dos sistemas econômicos siga se transformando e evoluindo num ciclo contínuo e ininterrupto de mudança a partir de novos construtos organizacionais. (WITTMANN, LUBECK, e NELSON, 2013 p.132).

Entretanto, a competição organizacional se desenvolveu fortemente atrelada a princípios positivistas no processo de industrialização em massa com foco na estratégia genérica de liderança em custos e nos estudos organizacionais fortemente baseados no funcionalismo e na burocracia.

Para BENKO (1999), os primeiros trabalhos que estudaram a influência das ligações organizacionais com o desenvolvimento regional só apareceram após a década de 70, envolvendo estudos com foco na inovação, alternativa realçada por Schumpeter (1982). Segundo Harvey (1992 p.135), “a partir de 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo”, sendo que o “contrapondo ao fordismo, surgiu a partir dos anos de 1980 como uma nova trajetória tecnológica de flexibilidade organizacional pós-fordismo denominada de acumulação flexível” (TENÓRIO, 2004, p.62). Segundo Harvey:

havia problemas de rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, em sistemas de produção em massa, que impediam muito a flexibilidade e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. (1992 p. 135).

BENKO (1999) traz a análise de que o modelo de organização industrial hegemônico, baseado no Taylorismo/fordismo com foco no aumento da lucratividade e na acumulação do capital, dificultava as políticas coerentes ao desenvolvimento regional sustentável.

Estas afirmações evidenciavam os problemas colaterais de uma visão baseada unicamente no crescimento econômico, ou seja, organizações fundamentadas unicamente no acúmulo do capital e em cálculos de custos desde o projeto de localização até o planejamento geral de suas atividades empresariais que dificultam processos flexíveis e complexos.

Harvey destaca:

a acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um contraponto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápida mudança dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”. (1992 p. 140).

Para TENÓRIO (2004), as organizações passaram a atuar em função das demandas diversificadas, relativizando a especialização excessiva do trabalhador para qualificação versátil, multifuncional e da gestão tecno-burocrática para um gerenciamento colaborativo.

Para ETGES (2005) e ETGES E DEGRANDI (2013), no período da acumulação flexível, a divisão internacional do trabalho adquire novos contornos evidenciados pelos investimentos em

grandes complexos produtivos nos 'melhores territórios' como uma utilização do território de forma verticalizada. Contudo, o processo de globalização e a crise no sistema taylorista/fordista trouxe a necessidade da sociedade buscar novas alternativas do desenvolvimento voltado a ambientes de sustentabilidade não apenas com visão econômica, mas também ambiental e social.

A partir da possibilidade do surgimento de organizações pós-fordistas ou pós-industriais, surge a necessidade de uma revisão ampla nos modelos positivistas de gestão e desenvolvimento organizacional, sendo o desenvolvimento e a abordagem da gestão territorial e a socialização das organizações algumas das alternativas apresentadas na literatura.

Na literatura internacional e nacional são usados vários termos pós-industriais, pós-fordistas ou até pós-capitalistas (HARVEY 1992; BELL 1977; TOFFLER 1995; TENÓRIO 2004; RAMOS 1989; MORGAN 1996). Este estudo optou pelos termos pós- industrial ou neo-fordista/taylorista em função de que os processos fordistas e tayloristas ainda são dominantes e para não se confundir com o foco da desindustrialização ou término do taylorismo/fordismo, apesar da sua visível crise como modelo de produção e como unidimensionalismo teórico metodológico para as dinâmicas organizacionais do século XXI. (MARCUSE 1973).

4.3 Macroperíodo Pós- Industrial ou Neo-Taylorista/Fordista

O macroperíodo pós-industrial constitui-se em múltiplas interpretações. Quando se fala em pós-industrial não esta se pregando o fim da indústria, mas a necessidade de uma nova visão social e organizacional não baseada na massificação e acumulação rígida do capital, ou seja, organizações que envolvam uma sociedade voltada para uma visão sistêmica e complexa que leve em conta os multifatores que envolvem o desenvolvimento.

Toffler (1995) destaca algumas características da era pós-industrial baseada em novas formas de organização da produção e da economia caracterizando alterações multidimensionais, como:⁶ (a) aumento na utilização da tecnologia da informação e da biotecnologia; (b) acumulação flexível; (c) utilização de mercados de 'nicho'; (d) mudanças no ambiente e na jornada de trabalho; (e) desmassificação dos meios de comunicação.

Neste contexto o conceito de desenvolvimento regional e competitividade empresarial ganham novos contornos. O desenvolvimento regional relaciona-se a um processo histórico, social de mudanças e de tensões entre o global e o regional numa dimensão territorial não vista como um mero receptáculo (BRANDÃO, 2007; SANTOS, 1982; LENCIONI, 1999), mas como um processo social de construção coletiva e de gestão social (TENÓRIO, CANÇADO e PEREIRA 2011). Ressalta-se que a

⁶ O termo multidimensionalidade aparece de forma unânime nas bibliografias estudadas, configurando uma grande desafio epistêmico no sentido de se desenvolver teorias e metodologias para inserir cada vez mais a visão multidimensional nos estudos e na prática social, integrando, desta forma, o econômico, ambiental, e o social no estilo de vida das pessoas, uma tarefa utópica mas que precisa ser desenvolvida na sociedade pós- industrial, até por questões econômicas.

A sociedade tecnológica (MARCUSE, 1973), ou industrial é unidimensional, pois mutila as realidades sociais com viés tecnointustrial, econômico com recusa às múltiplas possibilidades sociais dentro de um idealismo histórico, á luz do desenvolvimento regional dentro das especificidades territoriais.

O termo multiescalar complementa esta análise no sentido de se entender estas múltiplas relações históricas na escala global, nacional, regional, local, dentro das organizações os polimorfismos envolvendo os departamentos ou cubículos (TOFFLER, 1995), muitas vezes contrapondo a visão de processos multiescalares organizacionais.

competitividade empresarial, por seu turno, ganha relevância nesta visão da totalidade dos espaços e dos processos.

Esta ilação tem relação na perspectiva territorial defendida pelo desenvolvimento regional na perspectiva da multidimensionalidade e multiescalaridade em contraposição a visão fragmentada da empresa baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica.

Considera-se que a dinâmica social no espaço é contraditória e reflete a articulação de distintas escalas, nas quais os movimentos aparentes nem sempre apontam para um mesmo sentido e direção. O tratamento mecânico das escalas, como meras mudanças quantitativas na ordem e dimensão dos processos espaciais, oculta tensões e conflitos que definem campos de forças capazes de afetar a velocidade das mudanças políticas e sociais. Nesta senda, o espaço geográfico não é neutro, nem se apresenta como uma superfície totalmente permeável aos fluxos econômicos que buscam aceleradamente reduzir a fricção da distância e homogeneizar os espaços. (EGLER, BESSA, GONÇALVES, 2013).

Entretanto, os macroperíodos do desenvolvimento das organizações, considerados como sistemas, estabelecem contornos que os definem. Segundo Morin (2005) as partes de um sistema, mesmo que sejam elementos ou indivíduos, possuem identidades comuns de vinculação com a unidade global e sujeitas às regras que as definem, sendo convergentes em seus pressupostos.

A discussão sobre os macroperíodos de desenvolvimento das organizações como também a contribuição e a necessidade de agenda de pesquisa envolvendo novas epistemologias nos estudos organizacionais, ganha relevância, principalmente no que se refere a estudos nacionais, visto que os estudos internacionais estão normalmente ligados à realidade social e histórica das regiões em que foram desenvolvidos (RAMOS 1989).

A teoria crítica apresenta-se como uma matriz epistemológica relevante para o entendimento da genealogia destes processos socioambientais e dos estudos organizacionais. Barca, Maccann e Rodriguez (2012) fazem uma relação da necessidade de alternativas para o desenvolvimento endógeno, baseado nas alterações socioambientais, no território e nas pessoas (multidimensionalidade e multiescalaridade), reforçando a necessidade de novos arranjos organizacionais.

Os novos arranjos e o desenvolvimento de novas 'facetas' sociais tornou o ambiente mais imprevisível e conflitante com as estratégias tradicionais com ocorrência de processos dialéticos entre o passado e futuro das organizações. A estratégia ficou vinculada a consciência adaptativa a novos paradigmas para se atingir os objetivos frente à complexidade organizacional em função das constantes oscilações do ambiente macro e micro. (WITTMANN, 2008).

Para a ciência do desenvolvimento regional, uma nova visão de competitividade, além dos pressupostos Shumpeterianos envolvendo a competitividade empresarial como um sistema aberto em um território ativo que respeita os aspectos territoriais das regiões, necessita ser desenvolvida com suporte epistemológico e social.

Ao analisar as bibliografias percebe-se que o modelo de acumulação rígida do capital predominante pós 1930, período marcado pela grande depressão mundial, tem sinais de crise. (BELL, 1977; HARVEY, 1992; TOFFLER, 1995; EGLER, BESSA e GONÇALVES, 2013). A visão do

desenvolvimento regional através da gestão social do território, como um novo viés de competitividade organizacional, traz uma nova agenda de pesquisa para os estudos organizacionais e regionais, com pressuposto epistemológico de não generalização.

Neste sentido este aprofundamento teórico epistêmico é significativo para entender a genealogia e a ontologia dos estudos e das práticas sociais em função das novas dinâmicas da gestão territorial.

A gestão territorial apresenta-se como uma resposta alinhada ao pensamento crítico e sistêmico, a qual preenche lacunas multidimensionais e multiescalares que o positivismo, alicerçado na modelagem matemática não interativa, não teve aplicação adequada, apesar de ter contribuído para vários ramos do conhecimento e para o desenvolvimento da ciência sob a égide da matriz positivista.

Neste porvir os pressupostos teóricos e a sociedade taylorizada migram para uma consciência crítica. Para (RAMOS,1996) a personalidade histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, percebe os fatores que a autodeterminam, diferentemente de uma consciência ingênua que é objeto de determinações externas, sem atenção ao diverso e a interatividade múltipla.

Uma visão ingênua de desenvolvimento está ligada a visão unidimensional econômica em que as organizações competem sem ter um alicerce territorial, com uma visão apenas de crescimento e não de desenvolvimento que tem a responsabilidade transdisciplinar de uma análise interativa dos diversos fatores que influenciam as organizações e os territórios. (RAMOS, 1989)

5 A GUIA DE CONCLUSÃO

O ensaio teve como objetivo realizar uma discussão interdisciplinar envolvendo aspectos do desenvolvimento regional, das organizações e das formações sociais para entender o desenvolvimento organizacional através de reflexões epistemológicas. Essa discussão passou por uma visão de mundo ampliada, sendo necessária a ancoragem em matrizes epistemológicas para entendimento das práticas econômicas sociais e ambientais, bem como da evolução do pensamento.

Percebe-se que o pensamento, bem como as práticas do desenvolvimento ainda hegemônicas estão ainda atreladas ao pensamento homogêneo de acumulação rígida apesar de todos os alertas sobre sua crise. (RAMOS, 1989; TOFFLER, 1995; TENÓRIO, 2007; HARVEY, 1992; YUNUS 2008). Este pensamento leva a ontologia de que o mundo funciona como uma máquina, que pode ser determinado de forma harmônica, fomentando a matriz positivista e o determinismo linear.

Contrapondo-se à visão positivista, alerta-se, à luz do desenvolvimento regional, para uma nova visão interativa, interdisciplinar, multidimensional e multiescalar com aprofundamento através da contextualização histórica na senda por uma industrialização territorializada.

Surge uma agenda de pesquisa com o envolvimento de organizações e a sociedade partindo do pressuposto epistêmico da crise do taylorismo/fordismo e as múltiplas possibilidades de uma sociedade pós-industrial em formação. Esta realidade envolve o entendimento dos reflexos de matrizes epistemológicas na sociedade e nas organizações, bem como o desenvolvimento

organizacional alinhado às questões territoriais, que é um assunto a ser discutido para que as organizações tenham novas visões de competitividade para todo o sistema em que estão inseridas.

Analisa-se o desenvolvimento organizacional em múltiplas escalas com impactos históricos já descritos na escala regional, nacional e global. Entretanto, pela característica unidimensional da produção em escala aliada a acumulação capitalista rígida dos modos de produção, a história caminhou para uma influência coisificadora de uma sociedade industrial ainda hegemônica.

Esta análise alerta para novas pesquisas para analisar reflexões feitas por Harvey (1992), sobre a crise das formações baseadas na industrialização ainda vinculadas a uma visão de um mundo uniescalar, unidimensional e unidisciplinar, tanto no que tange as relações de produção como no desenvolvimento tecnológico e científico de uma região com impacto na visão de mundo da sociedade e no território. (RAMOS 1989). Marcuse (1973), importante autor da primeira geração da escola de Frankfurt, reforça esta análise denominando a sociedade como pré-tecnológica descrita como pré-industrial neste ensaio e a sociedade unidimensional tecnológica também denominada de industrial.

Percebe-se que as organizações sentem efeitos colaterais dessa sociedade industrial principalmente no que se refere a integração aos territórios em que estão inseridas aprisionadas na visão unidimensional (MARCUSE, 1973), fragmentada (MORIN, 2011 e 2005) e ingênua (RAMOS, 1989; TENÓRIO, 2004; AZEVEDO e ALBEMAZ, 2015).

Essa análise justifica a dificuldade das organizações serem agentes ativos em um território, sendo a gestão territorial um assunto ainda a ser debatido tanto nas ciências sociais como nas ciências sociais aplicadas. As organizações sentem efeitos colaterais dos processos internos também unidimensionais e uniescalares, visto que dividem-se em cubículos (departamentos) (TOFFLER, 1995) e, muitas vezes, não conseguem ter uma visão sistêmica dos processos organizacionais, do processo competitivo e das novas dinâmicas organizacionais em que estão inseridas, não conseguindo ler as oscilações constantes e complexas do macro e microambiente, sendo estas questões altamente relevante para as dinâmicas organizacionais na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Márcia E. *Complexidade e organizações: em busca de uma gestão autônoma*. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Ariston e ALBEMAZ, O. Renata. *A razão da nova ciência das organizações*: Rio de Janeiro. Cadernos EBAPE, v.13, edição especial, artigo 04, set/2015, p. 593-604

BARCA, Frabrizio; MCCANN, Philip; RODRIGUEZ P. Andrés. The Case for Regional Development Intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, vol52, n.1, 2012, p.134-152.

BARQUERO, Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação da Economia e Estatística, 2001. 280 páginas.

BECKER, Dinizar; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

- BELL, Daniel. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Alianza, Madrid, 1977, 264 p.
- BELL, Daniel. *The coming of Post-Industrial Society/D*. 1973.
- BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999.
- BRANDÃO, Carlos. *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, Editora Alínea, 2007.
- EGLER, G.A, Cláudio; BESSA, C. Vagner; GONÇALVES, F. André. *Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional*. Mercator, Fortaleza, Vol 12, n. 28, maio/agosto 2013, p. 7-17.
- ETGES, Virgínia E. DEGRANDI, José O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional: Blumenau*, vol. 01, n 01, abril, 2013, p. 85-94.
- ETGES, Virgínia E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. Santa Cruz do Sul: *Redes*, vol. 10, 2005
- FERRAZ, J. Kupfer, D. Haguenaer, L. *Made in Brazil: desafios competitivos para a Indústria*. 5ª edição. Campus, Rio de Janeiro, 1997.
- HART L. Stuart e NIELSEN B. Mark. Criando valor sustentável. *RAE Executivo*, Rio de Janeiro, vol 03, n 02, maio-julho 2004, p. 64-79.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, W. Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1985.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*. Amorrurtu Editores, Buenos Aires, 1974.
- KAPLAN, David e NORTON, P. *A estratégia em ação*. "Balanced Scorecard". São Paulo, Campus, 1997, p. 344.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LENCIONE, Sandra. *Região e geografia. A fenomenologia e o materialismo histórico nos estudos regionais*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MALTHUS, Thomas, R. *Ensaio sobre população*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1974 5v.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. 1973
- MINTZBERG, Henry; AINSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORGAN, Robert D. Resource-advantage theory: a snake swallowing its tail or a general theory of competition? *Journal of Marketing*; Oct 1997; 61, 4
- MORIN, Edgar. *O método I: a natureza da natureza*. Porto Alegre, Sulina, 2005.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre, Sulina 2011.
- PORTER, Michael. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- _____, Michael. *Competição: on competition - estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

RAMOS, A. Guerreiro. *A nova ciência das organizações*. Uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____, A. G. (1996). *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVEIRA, L.S. Rogério. *Complexo agroindustrial do fumo e território: A formação do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo RS*. Tese de doutorado em Geografia, UFSC, 2007.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Volume I. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

TENÓRIO, Guilherme F. *Tecnologia da Informação transformando as organizações e o trabalho*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007. 216 p.

_____. *Tem razão a administração?* ensaios de teoria organizacional. Editora Unijuí, 2º Edição, 2004 136p.

TENÓRIO, Guilherme F.; CANÇADO, Cardoso, A; PEREIRA, José, R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cad. EBAPE.BR* vol.9, numero 03, Rio de Janeiro, Setembro 2011.

TOFFLER, Alvin. *"Powershift", as mudanças de poder: um perfil da sociedade do século XXI pela análise das transformações e natureza do poder*. Rio de Janeiro, Record, 1995, p.613.

WITTMANN, Milton L. *Administração: teoria sistêmica e complexidade*. Santa Maria. Editora da UFSM, 2008 p. 190.

WITTMANN, Milton L.; LUBECK, Rafael M.; NELSON, Mesquita, Vinícius. Uma visão não-linear da estratégia pelo prisma da complexidade. *Revista pensamento contemporâneo em administração*. Rio de Janeiro, vol. 07, out-dez, 2013.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*; Com Karl Weber; (tradução Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro). São Paulo: Ática, 2008. 272p.